

política

Projeto sobre dívidas tem de ser revisado, afirma Haddad

Ministro elogiou relação com o Congresso quanto a projetos importantes

/ CONTAS PÚBLICAS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o indexador da dívida dos Estados, de IPCA + 4%, é insustentável, mas que o projeto de lei apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), precisa ser revisado. Ele reiterou, no entanto, que é a favor da renegociação dos débitos, desde que não haja prejuízo para as contas nacionais.

“Eu penso que 4% de juro real em cima do IPCA é realmente insustentável, porque a arrecadação não cresce 4% ao ano. Eu sou a favor, eu entendo o pleito dos governadores. Mas você não pode cobrir a cabeça e descobrir o pé, você tem que fazer um jogo que acomode as contas estaduais sem prejudicar as contas nacionais, esse é o meu ponto de vista. E no meu entendimento, o projeto apresentado precisa passar



Fernando Haddad diz que renegociação não pode trazer prejuízo à União

por uma revisão”, afirmou Haddad nesta sexta-feira, durante o 9º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, promovido pela Abraji.

O ministro ainda elogiou a relação com o Congresso quanto a projetos importantes, como a reforma tributária. Haddad dis-

se ter certeza que a reforma será aprovada no Senado, ainda que a correlação de forças seja mais complexa. “Tirando essa oposição destrutiva que nós estamos enfrentando, nós tivemos um entendimento muito bom na Câmara e penso que vai ser a mesma coisa no Senado”, disse.

Ramagem deve depor sobre ‘Abin paralela’ na quarta

/ POLÍCIA FEDERAL

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) vai prestar depoimento nesta quarta-feira sobre as descobertas da Operação Última Milha, que investiga suposto monitoramento ilegal de opositores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Será a primeira vez que Ramagem, que dirigiu a Abin durante o governo Bolsonaro, vai ser questionado sobre o tema pelos investigadores.

A PF quer que Ramagem dê esclarecimentos sobre o que foi identificado na operação, que teve a quarta fase deflagrada nesta quinta-feira. Entre as provas coletadas pelos investigadores, está a gravação de uma reunião entre o deputado federal e o ex-presidente, na qual foi discutido um plano para anular o inquérito das “rachadinhas”, que mirou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

No áudio, Ramagem diz que “seria necessária a instauração de um procedimento administrativo contra os auditores da Receita, com o objetivo de anular a investigação, bem como a retirada de alguns auditores de seus respectivos cargos”.



Alexandre Ramagem dirigiu a agência no governo Bolsonaro

É a segunda vez que Ramagem vai ser interrogado pela PF neste ano. No fim de fevereiro, o deputado foi ouvido por falas contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino. As declarações, que estão mantidas sob sigilo, foram feitas quando Dino era ministro da Justiça no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nesta sexta-feira, Ramagem usou as redes sociais para classificar a nova fase da Última Milha como um “alvorço” da PF. O deputado, que é pré-candidato do PL

à prefeitura do Rio, afirmou também que as suspeitas levantadas pela Polícia Federal são “ilações e rasas conjecturas”. “No Brasil, nunca será fácil uma pré-campanha da nossa oposição. Continuamos no objetivo de legitimamente mudar para melhor a cidade do Rio de Janeiro”, escreveu.

Em janeiro, Ramagem foi alvo de mandado de busca e apreensão autorizado na Operação Vigilância Aproximada, um desdobramento da Operação Última Milha, de outubro passado. O deputado esteve à frente do Abin entre julho de 2019 e abril de 2022, durante o período em que dois servidores, presos em outubro, teriam utilizado a estrutura estatal para localizar os alvos da espionagem.

A PF investiga se a “Abin paralela” utilizou o software First Mile para investigar ao menos quatro ministros do STF, quatro deputados federais, quatro senadores, um ex-governador, dois servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), três auditores da Receita e quatro jornalistas. A ferramenta é capaz de localizar aparelhos que usam as redes 2G, 3G e 4G.

Governo federal vai transferir recursos para reforma de escolas

/ CLIMA

Uma medida provisória (MP) assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) autoriza o governo federal a transferir recursos financeiros para a reforma de escolas da educação básica no Rio Grande do Sul, nas localidades afetadas diretamente pelas chuvas e inundações ocorridas em maio deste ano. A MP foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira e estipula as regras para o repasse, incluindo o cálculo dos valores a que cada escola terá direito, que será definido após análise.

As unidades de educação pública precisam estar localizadas em áreas atingidas pelos desastres, conforme delimitação georreferenciada definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Os recursos serão transferidos com base no número de alunos matriculados, de forma graduada, de acordo com o Censo Escolar anterior ao ano de repasse. A verba poderá ser graduada de acordo com a gravidade dos da-

nos estruturais, segundo a MP.

Pelas regras, o repasse para a assistência financeira suplementar para reforma de escolas danificadas será condicionado à assinatura de um termo de compromisso por parte do Estado ou dos municípios, conforme estabelecido em resolução do Conselho Deliberativo do FNDE. Os recursos serão repassados em caráter emergencial nos termos do decreto legislativo que reconheceu a calamidade pública no Estado e autorizou o uso de recursos federais extraordinário para ações de reconstrução.

De acordo com mapa da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, das 2.338 escolas estaduais, apenas três ainda estão sem previsão de retorno ou com retorno agendado. O número de alunos da rede estadual de volta às atividades presenciais é de 720 mil, o que representa 97,1% do total.

Ainda segundo o governo federal, as despesas decorrentes da medida provisória são de natureza discricionária e serão cobertas pelas dotações orçamentárias do MEC, mediante previsão orçamentária, em ação orçamentária específica.

Congresso de Municípios foca na reconstrução do Rio Grande do Sul

Com o tema “Reconstruir é acreditar de novo”, o 42º Congresso de Municípios do Rio Grande do Sul, organizado tradicionalmente pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), começa amanhã com a programação em prol da retomada do Rio Grande. A realização do evento será realizada, na Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigrs), em Porto Alegre, até quarta-feira.

O 42º Congresso terá painéis de debate não apenas sobre medida para fortalecimento dos muni-

cípios e reconstrução do Rio Grande do Sul, mas também estratégias de prevenção para novos eventos climáticos. Na programação, o encontro traz também representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Estado e da União, para discussão.

“Juntos, poderemos discutir e definir estratégias para a reconstrução da infraestrutura, o apoio às comunidades afetadas, o desenvolvimento sustentável e a retomada da economia gaúcha”, destaca o presidente da Famurs, Marcelo Arruda.

Quase 70% dos deputados têm atuação ruim ou razoável, diz estudo

/ CONGRESSO NACIONAL

Quase sete em cada dez deputados (68%) da atual legislatura tiveram um desempenho ruim ou razoável nos primeiros 500 dias de mandato, mostra relatório da Legisla Brasil. De acordo com o levantamento, apenas 44 deputados (8,6%) alcançaram desempenho classificado como ótimo. A atuação é avaliada

pelo Índice Legisla, uma ferramenta que monitora a produtividade de todos os 513 deputados federais a partir de dados quantitativos fornecidos pela Câmara. Desenvolvido em parceria com a economista Olívia Carneiro e avaliado por quase 30 especialistas, o índice considera indicadores em quatro categorias: produção legislativa, fiscalização, mobilização e alinhamento partidário.